Classificados e Publicação Legal

PUBLICAÇÃO LEGAL

EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S.A.

CNPJ/MF. Nº 80.227.796/0001-59 - PONTA GROSSA - PR.

Balanços patrimoniais e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		8.090	8.922
Aplicações financeiras restritas - CP		6.651	
Contas a receber de clientes	5	21.063	17.290
Estoques		2.852	2.746
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - CP		277	685
Impostos a recuperar e precatórios - CP		1.298	3.837
Bens destinados à venda	6	8.443	7.490
Outros créditos - CP		1.259	1.122
		49.933	42.092
Não circulante			
Aplicações financeiras restritas		-	5.346
Impostos a recuperar e precatórios - LP		965	995
Outros créditos - LP		46	46
Mútuos com partes relacionadas A		4.777	4.777
		5.788	11.164
Investimentos	7	21.374	11.012
Imobilizado	8	91.742	101.125
Direito de uso		3.049	2.508
Intangível		4.946	5.746
		121.111	120.391
Total ativo		176.832	173.647

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		15.472	14.886
Empréstimos e financiamentos - CP	9	19.554	21.775
Passivo de arrendamento		1.526	1.781
Encargos trabalhistas e previdenciários		5.823	5.801
Impostos e contribuições a recolher - CP	10	5.975	5.797
Valores de terceiros arrecadados		1.240	1.014
Outras obrigações		6.121	5.977
		55.711	57.031
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos - LP		27.142	42.237
Passivo de arrendamento LP		1.467	600
Impostos e contribuições a recolher - LP	10	8.048	9.317
Provisão para contingências		2.187	3.119
Dividendos a pagar		1.018	1.018
Mútuos com partes relacionadas P		8.285	285
		48.147	56.576
Patrimônio líquido			
Capital social		77.774	77.774
Prejuízos acumulados		(4.800)	(17.734)
		72.974	60.040
Total passivo		176.832	173.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	11	255.705	239.728
Custos dos serviços prestados		(164.964)	(163.445)
Lucro bruto		90.741	76.283
Despesas comerciais		(53.733)	(41.097)
Despesas gerais e administrativas		(29.430)	(29.759)
Outras receitas (despesas) líquidas		8.234	(181)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		15.812	5.246
Receitas financeiras		797	2.275
Despesas financeiras		(10.065)	(9.782)
Resultado financeiro líquido		(9.268)	(7.507)
Resultado da equivalência patrimonial		6.390	3.778
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		12.934	1.517
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Lucro líquido do exercício		12.934	1.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.934	1.517
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	12.934	1.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021		77.774	-	(19.251)	58.523
Lucro líquido do exercício		-	-	1.517	1.517
Saldo em 31/12/2022		77.774	-	(17.734)	60.040
Lucro líquido do exercício		-	-	12.934	12.934
Saldo em 31/12/2023		77.774	-	(4.800)	72.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		12.934	1.517
Ajustes para:			
Resultado da equivalência patrimonial		(6.390)	(3.778)
Depreciação	4.e	9.335	8.884
Amortização		800	800
Resultado da alienação de bens destinados a venda		(1.968)	(597)
Resultado da alienação dos ativos imobilizados		(132)	-
Atualização de precatórios		-	(660)
Depreciação ativos de direito de uso		1.792	956
Encargos financeiros líquidos de arrendamentos		124	36
Rendimento de aplicações financeiras restritas		(1.235)	(247)
Baixa de bens do Imobilizado		974	-
Juros provisionados		7.570	7.661
Variações em:			
Contas a receber de clientes	5	(3.773)	(4.773)
Estoques		(106)	(389)
Impostos a recuperar		2.977	640
Outros créditos		(137)	(498)
Fornecedores		586	(663)
Encargos trabalhistas e previdenciários		22	1.112
Provisão para contingências		(932)	(154)
Impostos e contribuições a recolher	10	(1.091)	(178)
Valores de terceiros arrecadados		226	326
Outras obrigações		144	(854)
		21.720	9.141
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros pagos		(7.657)	(6.361)
		14.063	2.780
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento		6.000	5.000
Dividendos recebidos		(1.972)	(1.230)
Aquisição de investimento		6.795	5.178
Caixa recebido na alienação de bens destinados a venda		1.603	-
Caixa recebido na alienação de bens do ativo imobilizado		(4.759)	(6.382)
Aquisição de ativo imobilizado		7.667	2.566
Fluxo de caixa (usado) gerado pelas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(20.647)	(16.784)
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	3.921
Captação de empréstimos		(1.915)	(1.223)
Contraprestações pagas de arrendamentos		-	-
		(22.562)	(14.086)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(832)	(8.740)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		8.922	17.662
No inicio do exercicio		8.090	8.922
No final do exercicio		(832)	(8.740)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Expresso Princesa dos Campos S.A. ("Companhia" e/ou "Expresso") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ponta Grossa, na rua Anita Garibaldi, 861, bairro Órfãs - Paraná, que tem por objeto social a exploração dos serviços de transportes rodoviários municipal, intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, encomendas e transporte de produtos, transporte turístico nacional e internacional, transporte turístico de superfície, fretamento de veículos para o transporte de funcionários de empresas públicas ou privadas, guarda, limpeza e manutenção de veículos de terceiros, locação de bens móveis, bem como a locação de veículos em geral e o agenciamento de cargas e encomendas aéreas e serviços de entrega rápida.

Operações

A Expresso opera com encomendas e no transporte de passageiros, principalmente no transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, mediante concessão dos poderes estadual e federal. Sua controlada, Cantelle Viagens e Turismo Ltda. ("Cantelle"), opera no transporte interestadual também com encomendas e transporte de passageiros e a sua controlada Porto de Registro opera no transporte suburbano de São Paulo, controlado pela Artesp.

No caso do transporte de passageiros, os preços das passagens intermunicipal e suburbano são regulados pelos órgãos concedentes. Os preços das passagens do serviço interestadual têm uma liberdade tarifária.

Encomendas

A Companhia atende as regiões Sul, os estados de São Paulo e Goiás e o Distrito Federal, com 11 filiais próprias. Os principais clientes em encomendas operaram nos segmentos de: autopeças, eletroeletrônico, confecção, máquinas e ferramentas de pequeno porte, informática e fármacos.

Transporte intermunicipal

Estado do Paraná

As linhas intermunicipais estaduais operadas pela Expresso no Estado do Paraná foram obtidas mediante concessão do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná (DER-PR), as quais estão vencidas e deveriam ter sido licitadas conforme previsto no Artigo 175 da Constituição Federal e Lei 8.987/95. O regulamento atual aplicado ao Estado do Paraná é o Decreto 1.821 de 28 de fevereiro de 2000 - Regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, que estabelece no seu Capítulo 4 - Da outorga dos serviços, que rege o seguinte, :

"Art. 9º. A prestação de serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros será outorgada mediante concorrência pública, sob regime de permissão, sem caráter de exclusividade, na forma das legislações vigentes que regem a matéria."

As companhias do setor seguem operando normalmente obedecendo às regras aplicáveis e sendo fiscalizadas pelo órgão concedente - DER. Entretanto, não existe uma manifestação formal pelo Governo sobre este regime de exceção, constituindo-se, portanto, numa autorização tácita.

Cumprindo exigência da Constituição Federal de 1988, em 18 de outubro de 2010, o Governo do Estado do Paraná determinou o início do processo que levará à licitação do transporte intermunicipal e metropolitano do Paraná, através da publicação do Edital de Concorrência 040/2010 DER/DOP, para elaboração do Plano Diretor do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, edital de licitação e legislação pertinentes.

Atualmente o processo licitatório está suspenso.

Transportes interestadual e suburbano

O transporte interestadual de passageiro é administrado pela da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e são regulados por meio de autorizações, TAR (Termo de Autorização Regulamentar) e LOP(Licença operacional), com necessidade de renovação periódica.

O serviço Suburbano está sujeito ao órgão regulamentador ARTESP e todas as linhas têm autorização para operação.

A Companhia segue cumprindo suas obrigações regulamentares junto aos órgãos concedentes enquanto mantém uma postura atenta e cautelosa diante das indefinições que cercam a aplicação da lei de concessão dos serviços públicos nas esferas Federal e Estadual.

Todavia, em relação ao transporte intermunicipal, interestadual e suburbano de passageiros, não é possível diante das atuais circunstâncias, acima descritas, determinar com precisão tanto os desenvolvimentos futuros quanto seus possíveis impactos para os negócios da Companhia e de sua controlada.

No ano de 2024, a Companhia estima um aumento de receita de encomendas e passagem em 15%, conseguindo capturar recursos para pagamento das dívidas a curto prazo.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Ainda, a Companhia, de acordo com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, considerando que:

- Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto;
- A Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e
- A sua controladora Princecampos Participações S.A. disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos bens destinados à venda, que são mensurados ao valor justo.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si.

a. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita de serviços é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

d. Estoques

Os estoques estão avaliados pelos custos médios de aquisição, incluindo os gastos incorridos no transporte e armazenagem, e que não superam seus valores líquidos de realização.

e. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumulada, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais na demonstração de resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado no dia a dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor de aquisição, que é o custo real de um ativo, ou mesmo outro valor que tenha sido apropriado, tendo como dedução o valor residual o qual foi definido, com base em análises de mercado, em 25% do valor de custo do ativo, no caso dos veículos.

A depreciação é reconhecida no resultado tendo como base o método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, tendo em conta que este método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O método de depreciação, as vidas úteis dos bens e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis e ágio

Ágio

Os ágios resultantes de aquisição da controlada e outros foram classificados nos investimentos.

Tendo em vista as aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, os ágios foram incluídos baseando-se no valor registrado de acordo com as práticas contábeis que eram anteriormente adotadas, tendo sido ajustados para a reclassificação de determinados intangíveis.

Consequentemente, os ágios são medidos pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio não é amortizado.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

g. Bens destinados a venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre mensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

5. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Fretamentos	1.618	3.776
Passagem	10.463	6.766
Encomendas	11.208	10.290
Perda por redução ao valor recuperável (a)	(2.226)	(1.970)
	21.063	17.290

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ao determinar o risco de crédito de um ativo financeiro a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

6. Bens destinados a venda

Refere-se a 48 veículos (ônibus) (47 em 2022), que anteriormente estavam registrados no ativo imobilizado da Expresso. Como requerido pelo CPC 31 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, os ativos estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeitos apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos. Entende-se que a venda destes ativos é altamente provável, uma vez que o nível hierárquico de gestão está comprometido com o plano de venda. Além disso, o ativo mantido para venda foi efetivamente colocado à venda por preço que comparável ao seu valor justo corrente (obtido por meio de cotação de mercado).

A Administração admite como padrão para reclassificar para bens destinados a venda, todos os veículos cuja idade ultrapassa 12 anos ou veículos para os quais não há previsão de utilização nas operações dos normais da Companhia, sendo a movimentação do ano de 2022 e 2023 abaixo demonstrada:

	Quantidade	Valor
Em 1º de janeiro de 2022	**81**	**13.811**
Veículos colocados à venda durante o exercício (reclassificados de imobilizado)	15	3.256
Reversão de veículos para operação	(14)	(5.013)
Veículos vendidos durante o exercício	(35)	(4.564)
Em 1º de janeiro de 2023	**47**	**7.490**
Veículos colocados à venda durante o exercício (reclassificados de imobilizado)	33	5.780
Reversão de veículos para operação		
Veículos vendidos durante o exercício	(32)	(4.827)
Em 31 de dezembro de 2023	**48**	**8.443**

No ano de 2023 a Administração entende que os valores apresentados como residual representam razoavelmente os valores esperados de venda, não realizando *impairment* dos valores.

7. Investimentos

a. Composição dos saldos

Participações societárias	2023	2022
Investimento em controlada		
Cantelle Viagens e Turismo Ltda. - 100%	15.812	7.405
Porto de Registro Ltda (ii) - 100%	1.277	-
[*Investimento em coligada*		
Arca Soluções Tecnológicas (i) - 13,77%	4.174	3.495
Outros investimentos	111	111
	21.374	**11.011**

(i) A Arca Soluções Tecnológicas S.A. é uma entidade constituída em 2019, que tem como objetivo, facilitar e orquestrar serviços de mobilidade urbana e interurbana, conectando meios de transporte e possibilitando aos usuários o transporte rápido e conectado. Em 31 de dezembro de 2023, o capital integralizado pela Expresso é de R$ 4.174 (R$ 3.495 em 2022).

(ii) A empresa Porto de Registro tem como objeto social a operacionalização do serviço suburbano no estado de SP, seu capital social é de R$ 1.445 mil.

b.Informações da controlada - Cantelle Viagens e Turismo Ltda., Porto de Registro Ltda., e equivalência patrimonial

	Cantelle		Porto de Registro	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante e não circulante	28.231	21.215	2.204	198
Passivo circulante e não circulante	14.532	15.923	928	351
Receita líquida do exercício	33.410	28.554	2.570	-
Capital social	2.100	2.100	1.645	1.445
Quantidade de quotas (em lote de mil)	147.308	147.30	1.276	200
Patrimônio líquido	5.698	5.292	1.276	(153)
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Participação no Patrimonio Líquido	**5.698**	**5.292**	**1.276**	**(153)**
Lucro (prejuízo) líquido	6.406	4.129	(16)	(352)
Equivalência patrimonial do exercício	6.406	4.129	(16)	(153)

A Cantelle Viagens & Turismo Ltda. ("Empresa") é uma sociedade limitada, com sede em Cascavel - Paraná, na rua Machado de Assis nº 809, Bairro Região do Lago, que tem por objeto social a exploração dos serviços de transportes rodoviário, intermunicipal e interestadual de passageiros, encomendas, transporte turístico nacional, transporte turístico de superfície, fretamento de veículos para o transporte de funcionários de empresas públicas ou privadas, transporte terrestre de passageiros, bem como a locação de veículos em geral e o agenciamento de cargas e encomendas.

Concessões

A Empresa opera no transporte interestadual de passageiros, mediante a autorização do poder federal. Os preços das passagens não são regulados pelos órgãos concedentes, contudo mudanças devem ser comunicadas.

Composição do investimento	2023	2023
Custo de aquisição ajustado por equivalência patrimonial	13.696	5.292
Ágio (a)	2.114	2.114
	15.812	**7.406**

(a) Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada integral Cantelle Viagens e Turismo Ltda em 2003. Na avaliação do impairment, tal ágio foi considerado uma unidade geradora de caixa (UGC) individual. O valor recuperável foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados dos próximos 5 anos, (valor em uso) da respectiva UGC. Foi aplicado taxa média de crescimento anual de 3,8%, sendo que as demais estimativas seguiram tal crescimento. Não houve alterações em relação ao que vem sendo realizado em tal UGC. A taxa de desconto de 9,25% ao ano foi utilizada para tal análise. O valor em uso estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

c. Informações da coligada - Arca Participações Societárias S.A.	2023
Total do ativo	13.021
Total do passivo	16.190
Receita líquida do exercício	313
Prejuízo do exercício	(3.169)
Capital social	30.309
Quantidade de quotas possuídas (em lote de mil)	**4.174**
Patrimônio líquido	14.585
Participação no capital social	13,77%

d. Movimentação dos investimentos em controladas e coligadas

	01/01/2022	Aporte de capital	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Cantelle Viagens e Turismo Ltda.	8.276	-	(5.000)	4.129	7.405
Arca Participações Societárias S.A. (a)	2.266	1.299	-	-	3.495
Outros investimentos	111	-	-	-	111
Total	**10.653**	**1.299**	**(5.000)**	**4.129**	**11.011**

	01/01/2023	Aporte de capital	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Cantelle Viagens e Turismo Ltda.	7.405	8.000	(6.000)	6.407	15.812
Porto de Registro Ltda	1.277	-	(16)	1.277	
Arca Participações Societárias S.A. (a)	3.495	679	-	-	4.174
Outros investimentos	111	-	-	-	111
Total	**11.011**	**9.972**	**(6.000)**	**6.391**	**21.374**

(a) A Arca Participações é uma Companhia com 13 sócios, sua administração é feita de forma independente não existindo diretores indicados por sócios, embora exista um conselho de administração composto por representantes da sociedade. Sua operação também é independente dos sócios. A Expresso tem participação inferior a 20% e não exerce influência significativa, entretanto a Expresso se mantém atenta as ações realizadas por sua coligada e tem acesso, assim como todos os sócios, a propor, questionar ou se pronunciar quanto a ações da Arca.

continua...